

Capital

POSTOS CLÍNICOS

1.477

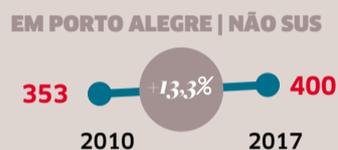
2017

de 160 vagas de leitos nos últimos sete anos, com uma redução de

10%

LEITOS COMPLEMENTARES

Unidades de cuidados intermediários e de isolamento



FONTE: NÚCLEO DE PESQUISAS DO SIMERS / MINISTÉRIO DA SAÚDE

A agricultora Maria Baumgratz, de Riozinho, chegou em Porto Alegre às 6h para levar filha Brenda, de 7 anos, para consultar no Hospital Presidente Vargas



SAMUEL MACIEL

Da mesma forma, a chefe da emergência do Hospital São Lucas, da Pucrs, Camila Toscan, identifica que a busca da população é muitas vezes desnecessária. “Tem atendimentos que poderiam ser em unidades menores, mas os pacientes acabam procurando as emergências.” O fechamento de leitos no Interior e na Capital é outro fator apontado por Camila que sobrecarrega as emergências. Segundo ela, a média diária de atendimentos no São Lucas é de 24 pacientes para 18 leitos.

O discurso do chefe da emergência da Santa Casa de Misericórdia, Leonardo Fernandez, é ainda mais enfático. “Temos um sistema de saúde que não tem como funcionar, é subfinanciado. Nosso sistema de saúde público, que engloba tudo, é semelhante ao espanhol, ao britânico e ao canadense. Mas lá o pessoal investe 3 mil dólares *per capita*, enquanto estamos investindo 900 dólares. Então não precisa ser matemático para entender que tu tem um sistema que demanda 3 mil dólares, em média, que é o que os países gastam, para um sistema igual em um país que gasta 900 dólares *per capita* em saúde”, argumenta. Fernandez também destaca a desorganização dos investimentos e a falta de regulação. “Temos um problema estrutural, sem falar no aspecto demográfico, com o aumento da população mais velha, demandando mais recursos de saúde”, afirma. A emergência da Santa Casa é mais uma que atende pelo SUS. Assim como as outras, as macas estão espalhadas por onde couberem. Com 24 leitos, os profissionais do setor se dedicavam a 28 pacientes enquanto o chefe da emergência relatava os desafios diários.

Do lado de fora, a professora Lilian Servino, 47, acompanhada do pai que está com câncer, aguardava havia mais de quatro horas pelo atendimento do idoso. Além disso, esperava que o laudo de um exame feito pelo pai fosse encontrado. “Ninguém sabe onde está.” Segundo ela, quando percebe que terá de ir a emergência, sabe que será um dia perdido. “Foram mais de dez vezes”, relata.

Os profissionais da saúde que atuam nas emergências também acabam sendo vítimas do sistema. A exposição ao estresse constante e a carga de trabalho elevada resulta em prejuízos para os trabalhadores. “Tu trabalha num esquema de estresse constante, só vai trocando as turmas. Causa um *burnout* (esgotamento físico e mental) alto e sintomas nas pessoas. Isso repercute nos próprios pacientes. É impossível trabalhar nesse nível de estresse todos os dias e não ter repercussão nos pacientes”, diz Fernandez.

POSTOS DE SAÚDE

O choro de Davi, de 2 anos e 4 meses, entoava mais uma noite de espera prolongada por atendimento no Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro, na Estrada João de Oliveira Remião, no bairro Lomba do Pinheiro, na última semana. Acolhido no colo da mãe, a técnica em nutrição Fabiana da Silva, de 37 anos, ele era apenas um dos usuários, entre jovens, adultos e idosos, que aguardavam no local. A sua impaciência e insatisfação de estar naquele espaço denunciavam com franqueza o desejo da maioria dos que dividiam ali um momento de fragilidade na saúde.

Apesar do cobertor e as pantufas tentarem oferecer um pouco mais de conforto a Davi, o menino queria ir embora o mais rápido possível. Em meio ao choro, uma frase era repetida com insistência: “Mãe, já acabou?”. A mãe tentava amenizar a insatisfação do filho, mas nem Fabiana sabia quanto tempo demoraria para que a noite no Pronto Atendimento chegasse ao fim. No local, há serviços de Pediatria e Clínica Médica de situações de urgência e emergência, curativos, medicações injetáveis e nebulizações.

Davi começou a vomitar por volta das 17h30min, logo depois de deixar a escola, e foi levado para a unidade. Às 21h50min, já recebendo medicação intravenosa, ainda não havia pista que justificasse seus sintomas. Ele aguardava na área laranja, conforme classificação de risco da Escala de Manchester, enquanto tinha o rosto acariciado pela mãe. Em alguns momentos Fabiana permanecia em pé, depois sentava na cadeira, na tentativa de reduzir, sem sucesso, a angústia do filho. Para ela, a realidade do local não é nova. Ela já enfrentou longas horas de espera. “Teve um dia que eu cheguei às 9h e saí às 19h. Nesse dia, houve um problema com um médico e ele teve que sair, daí ficou só um para atender todos, por isso demorou tanto”, explica. “Nas outras vezes é um pouco menos demorado, mas sempre tem fila.”

Enquanto isso, na sala ao lado, todas as cadeiras estavam ocupadas. Ansiosos, com a pulseira no braço, cada um esperava a sua vez pela consulta. Davi, no entanto, era o único que transbordava a insatisfação. As irmãs Camila Antunes, de 28 anos, e Aline Antunes, de 34, ambas donas de casa, contam com a sorte. E quando se trata de saúde, elas garantem que não são perseguidas pelo azar. Nascidas no bairro Bom Jesus, na zona Leste da Capital, não lembram de terem buscado cuidados médicos em outro espaço para urgências que não fosse o Pronto Atendimento Bom Jesus, que oferece consultas de urgência e emergência com Clínico Geral e Pediatra. O estabelecimento funciona todos os dias da semana, incluindo feriados e pontos facultativos.

Unidade de referência para a família, na última semana, mais uma vez, as irmãs, ambas mães, procuravam atendimento para as filhas durante a noite, pouco depois das 20h. Alice, de 1 ano e 8 meses, filha de Camila, apresentava sintomas de gripe. O diagnóstico, no entanto, ainda não estava esclarecido. É necessário, segundo a mãe, cerca de quatro horas de espera. “Depende de várias coisas. Se estiver muito cheio, a gente espera mais do que isso. Se estiver vazio, menos. Se for para fazer algum exame, aí é muito mais tempo”, conta.

A pequena Isabely, de 7 anos, filha de Aline, pediu para a mãe para ser levada ao estabelecimento de saúde. Com diarreia há mais de uma semana, não houve alternativa caseira que afastasse os sintomas da menina, apesar dos cuidados da mãe, que apostou em receitas de chás na busca pela cura. “Ela está com a pulseira azul. Essa e a verde são as que mais demoram”, afirma Aline. O atendimento no local é priorizado de acordo com a classificação de risco do Protocolo de Manchester, método que classifica os doentes por cores, após triagem baseada em sintomas, de forma a representar a gravidade do quadro.

A espera pelo atendimento das filhas, no entanto, não perturbava as mães. “A gente quase sempre tem sorte”, confidencia Camila, que já chegou a permanecer no local por mais de seis horas. “Essa é a alternativa mais próxima que temos e a que a gente conhece”, diz. “Pelo menos conseguimos atendimento”, completa. “Quando está muito cheio mesmo, desistimos. Não dá para ficar por muito tempo com criança, porque pode ser pior. É um lugar que tem muitas pessoas doentes, todas no mesmo espaço”, explica Aline. Nessas ocasiões, a receita das mães é voltar para a casa e esperar.

O Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul é movimentado. O estabelecimento

CONTINUA >>

oferece serviços de clínica médica, pediatria, saúde mental, odontologia, traumatologia, pequenos procedimentos cirúrgicos e radiologia. Funciona 24 horas por dia, assim como a maioria dos serviços disponibilizados.

No “Postão”, como é conhecido, dezenas de pessoas aguardam atendimento, algumas sentadas nas cadeiras e muitas em pé. O cenário pode ser diferente conforme o horário, mas a procura por atendimento, na maioria das vezes, rende filas – e impaciência.

Na entrada da unidade, na rua Professor Manoel Lobato, no bairro Santa Tereza, zona Sul de Porto Alegre, uma viatura da Guarda Municipal recepciona os pacientes. O serviço foi retomado depois de casos de assaltos e até homicídios serem registrados em frente ao estabelecimento. No local, seis vigias terceirizados são responsáveis pela segurança e o controle dos que entram e saem da unidade à noite.

Nos últimos dois meses, pelo menos dois assaltos marcaram a memória de quem trabalha no local. Em maio deste ano, houve uma tentativa de assalto a um dos vigias com uma faca. Em junho, uma das armas utilizadas pelos vigilantes foi levada em novo assalto. O que eles não sabiam é que essa mesma arma retornaria como ferramenta para um novo ataque. Nesse último, no entanto, os vigias conseguiram recuperar a própria arma de trabalho.

Todo o cuidado é pouco para evitar uma nova ocorrência. Uma porta de ferro, com pequenas aberturas decoradas por grades, que simulam pequenas janelas, por onde é possível identificar o rosto de quem está no outro lado, separa a sala de espera do início do atendimento médico. Foi atravessando essa porta que a aposentada Noemia Pereira Ramos, de 76 anos, moradora do bairro Coronel Aparício Borges, conseguiu atendimento após ter um mal-estar em casa, protagonizado por tontura, dor na região da nuca e no estômago. Os sintomas de pressão alta e histórico de derrame aumentaram o risco.

A idosa foi recebida sem grande espera, como conta o filho que a levou até a unidade, o promotor de vendas Antônio Pereira Ramos, de 50 anos, por volta das 17h. Após aproximadamente 20 minutos de deslocamento da residência da mãe até o Pronto Atendimento, os primeiros procedimentos foram realizados na chegada e Noemia passou para uma outra sala para fazer um eletrocardiograma. Era necessário avaliar o coração. “Fiquei preocupado em deixar ela sozinha na maca lá dentro, enquanto fazia o boletim aqui fora. Ela poderia cair e não tinha ninguém cuidando.”

Mãe de 12 filhos, a idosa sempre utilizou o SUS e teve que cruzar caminhos sinuosos. A expressão de dor em seu rosto, acentuada pelos olhos escuros que eram apertados com força, parecia superar a apreensão dos que estavam do outro lado, em uma longa espera por atendimento. Dessa vez, a dor de estar do lado de dentro parecia pior do que a angústia dos que esperavam no lado de fora.

AMBULÂNCIAS

Quem passa pela praça Argentina, próximo do complexo hospitalar da Santa Casa de Misericórdia, ou da praça Major Joaquim de Queiroz, no bairro Santana, em Porto Alegre, encontra motoristas de ambulâncias, vans e ônibus de praticamente todo o Rio Grande do Sul. No estacionamento dos veículos que fazem a chamada “ambulanciotera-

pia” ou “vanterapia” são contadas histórias sobre as viagens pelas rodovias gaúchas e o drama vivido pelas pessoas que vem em busca de atendimento na Capital.

O termo “ambulancioterapia” — encaminhamento de pacientes de ambulância para atendimento em hospitais de Porto Alegre — foi criado há pelo menos duas décadas. No entorno da praça Major Joaquim de Queiroz é possível encontrar veículos de Osório, Capão do Leão, Morro Reuter, São Sebastião do Caí, São Gabriel, Farroupilha, Rolante, Maquiné, Tavares, Riozinho, Bagé, Uruguaiiana e Fontoura Xavier. A cena se repete todos os dias nos hospitais do complexo da Santa Casa, São Lucas da PUCRS, Hospital de Clínicas, Vila Nova, Instituto de Cardiologia, Materno-Infantil Presidente Vargas e dos hospitais Conceição, Criança Conceição, Cristo Redentor e Fêmeina, do Grupo Hospitalar Conceição.

Motorista há 28 anos da Prefeitura de Capão do Leão, Rubem Roberto Vitória disse que perdeu a conta de quantas pessoas já trouxe para serem atendidas em Porto Alegre. “Não tem como não se envolver porque vivenciamos o drama da população dentro de veículo. Acabo conhecendo o problema de cada um.”

Motorista de ambulância há cinco anos em Capão do Leão, Marco Antônio Carvalho Pacheco, o Juca, afirmou que realiza de duas a três viagens por semana. Ele percorre 261 quilômetros de Capão do Leão até Porto Alegre. “Lidamos com o sofrimento das pessoas todos os dias. As famílias, muitas vezes, não tem dinheiro para realizar uma refeição. Pagamos o almoço de uma mãe ou de uma criança com a nossa diária.” Na companhia do enfermeiro Rudimar Fagundes, Juca defende a criação de hospitais regionais para terminar com a “ambulancioterapia”. “Com hospitais equipados no Interior, a população não precisaria realizar esses deslocamentos até a Capital, que acabam sendo onerosos”, acrescentou. Irineu Angeli, motorista há 12 anos da prefeitura de Riozinho, diz que todos os dias transporta pacientes para consultar na Capital. A cidade de 4,5 mil habitantes fica a 120 quilômetros de Porto Alegre. “Saímos da cidade por volta das 4h30min e passamos por todos os hospitais de Porto Alegre”, destacou. O retorno para cidade sempre ocorre por volta das 13h.

No dia 3, a agricultora Maria Baumgratz, de Riozinho, que estava na companhia da filha Brenda, de 7 anos, chegou em Porto Alegre às 6h. Viajou 106 quilômetros até a Capital para que a filha pudesse consultar com um pediatra no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas. “Acordei às 3h30min e viajei com mais 17 pessoas. Na minha cidade, não tem especialidades como otorrinolaringologia, neurologia e pediatria que a minha filha precisa.”

Maria explicou que a outra filha, Rafaela, 19 anos, tem epilepsia e também realiza tratamento na Capital. “Tenho que deixar o meu trabalho na roça para trazer as meninas. Sem o sistema de ambulancioterapia não teria como custear os deslocamentos até Porto Alegre”, explicou. Maria e Brenda se alimentavam ontem pela manhã com pão, mortadela, queijo e iogurte comprado em supermercado da região. O marido não acompanhava a família porque também trabalha na agricultura, com o plantio de feijão, arroz, aipim e batata. A família desembolsou R\$ 10,00 para comprar os alimentos. Maria e a filha Brenda aguardavam numa van de Riozinho o término das consultas dos demais passageiros para retornar ao município por volta das 13h.

Na frente do hospital Santa Clara, no complexo da Santa Casa, a dona de casa Janete Sabagnini, de Arvorezinha, cidade distante 201 quilômetros da Capital, consultou com um dermatologista.



1. Na frente do Hospital de Clínicas, na tarde de segunda-feira, a emergência atendia 115 pacientes mesmo com apenas 41 leitos. “Convivemos cronicamente com a superlotação”, afirma o gerente operacional da emergência do HCPA, José Pedro Prates

2. No Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, a aposentada Noemia Pereira Ramos, de 76 anos, moradora do bairro Coronel Aparício Borges, conseguiu atendimento após ter tido um mal-estar em casa

Ela disse que vem à cidade uma vez por mês porque também faz tratamento com um reumatologista. “Em Arvorezinha não temos atendimentos de casos mais complexos e os médicos nos encaminham para Porto Alegre.” Janete deixou o Santa Clara por volta das 9h e aguardava o embarque na van da prefeitura às 10h30min. Enfrentaria uma viagem de quatro horas. Ela tem uma filha que também se trata na Capital e deve voltar a Porto Alegre nos próximos dias.

Moradores de Sapiranga, distante 51 quilômetros de Porto Alegre, o casal Juraci e Valdoir Carvalho, que estavam na companhia da filha Poliana, de 6 anos, precisam do serviço da prefeitura. “Sem a van não teríamos como trazer nossa filha para consultar no setor de dermatologia do Hospital da Criança Santo Antônio”, explicou Juraci. Na consulta anterior da filha, o casal não quis esperar até o meio-dia para retornar para casa e acabou desembolsando R\$ 60,00 para chegar em Sapiranga. Ele foram de táxi até a estação do Trensurb. De trem seguiram até Novo Hamburgo onde desembarcaram e pegaram um táxi até Sapiranga. “Não temos condições de cada consulta desembolsar uma quantia dessas”, comentou Valdoir.

Já Wilma de Souza, de Sapiranga, acompanhou o neto Gustavo, 17 anos, que realiza tratamento da coluna no Hospital de Clínicas. “Estamos no circuito Sapiranga/Porto Alegre há mais de cinco anos. Não temos condições de gastar com transporte de ida e volta. O serviço da ambulancioterapia é fundamental”, co-



1



2

mentou Wilma. Gustavo vem a cada três meses a Porto Alegre para consultar com um especialista. Os dois gastam em média R\$ 30,00 com alimentação. Já Tereziinha Smaniotto, de Araricá, distante 65 quilômetros da Capital, teve a consulta com um traumatologista cancelada no hospital Beneficência Portuguesa. “Poderiam ter tido mais consideração e ter avisado sobre o cancelamento. Acordei 4h30min pra vir para Porto Alegre.”

A RESPOSTA DOS GOVERNOS

O secretário estadual da Saúde, João Gabbardo dos Reis, afirma que o crescimento das despesas é muito desproporcional ao aumento das receitas na área da Saúde. “Nessa última década, o envelhecimento da população foi um fator decisivo. Ao terem expectativa maior de vida, as pessoas envelhecem e precisam de mais atendimento, mais leitos de UTI, etc.” Segundo ele, o desenvolvimento tecnológico também influencia no maior uso dos serviços de saúde. “Pessoas que antes não sobreviviam, agora sobrevivem, mas acabam ficando dois meses na UTI, por exemplo. Então a procura pelos leitos aumentou e os pacientes ficam bastante tempo.”

Conforme Gabbardo, o desemprego também teve reflexos no SUS. “Quem antes tinha convênio, acabou cancelando e indo para o SUS. Até podem fazer consultas particulares, mas procedimentos mais complexos, que são mais caros, acabam sendo feitos no SUS e há sobrecarga.” Além disso, o secretário enfatiza que o

Rio Grande do Sul não cresceu como deveria nos serviços de emergência. “Não houve aumento na oferta do serviço na proporção que a população passou a utilizar e a nossa rede de atenção básica não consegue dar conta. Temos que procurar aumentar.” Desta forma, o secretário garante que a população poderia consultar sem precisar ir às emergências dos hospitais.

Em relação ao Hospital Parque Belém, Gabbardo garantiu que a secretaria está “bem encaminhada” para fazer um acordo com o atual mantenedor. “Já temos interessados em assumir, mas agora precisamos fazer o acordo, definir como ficam as dívidas, porque daqui pra frente será um novo contrato,” Conforme o secretário, se for possível definir isto em até 60 dias, mais de 200 leitos serão disponibilizados para a população de Porto Alegre.

O secretário diz ainda que não há superlotação por causa dos pacientes do Interior. “O grande problema de Porto Alegre é a Região Metropolitana”, declarou.

O inverno, de acordo com Gabbardo, acaba registrando picos de atendimento por conta, principalmente, das doenças respiratórias. “O município tem condições de contratar mais gente no inverno? Também gostariam de ter postos abertos, mas a contratação emergencial não é usual na Saúde, é difícil contratar médicos temporários”, afirmou. O secretário ainda relatou que a pasta realizou concurso para 40 médicos reguladores que trabalhariam no Samu. “Desses 40, apenas sete concursados tiveram interesse. Os outros 33 não quiseram ser contrata-

dos porque os salários não são atraentes”, lamentou Gabbardo, lembrando que há uma dificuldade para aumentar a oferta do serviço.

Para ele, há uma necessidade real de aumento no número de hospitais e também de postos de saúde que ofereçam atendimento até às 22h. “Se nós tivéssemos condições, recursos para isso, seria extremamente importante.” Gabbardo afirma que a prioridade para o Estado, neste momento, é a Segurança Pública. “A população entendeu que essa era a emergência do Estado e o Estado está respondendo na área da segurança”, declarou. Em relação à área da Saúde, Gabbardo afirmou que é preciso ter “um pouco de paciência”. “Quando a situação da segurança for solucionada, aí vamos precisar ter mais recursos para a Saúde, pois o Estado precisa colocar mais recursos.”

Outro ponto que preocupa os porto-alegrenses é a espera para realização de exames. Pelo menos oito exames, como ultrassonografias variadas, registram fila e demanda maior que a oferta em Porto Alegre. Em 16 tipos de exames, o paciente precisa esperar mais de 30 dias para fazer o procedimento. Conforme o secretário municipal da Saúde, Erno Harzheim, a Pasta não deixa de mostrar a realidade. A lista de espera pelos exames está no site da secretaria, para quem quiser acompanhar. “Devemos colocar no ar, em breve, o monitoramento das portas das emergências, diariamente, inclusive com tempo médio de espera. Para que as pessoas possam escolher o

lugar que querem ir.”

Segundo ele, com o objetivo de desafogar as emergências dos hospitais, duas unidades de saúde têm atendimento até às 22h e a intenção da secretaria é ampliar o horário em, pelo menos, mais seis postos. “Já tivemos 225 contratações autorizadas e conseguimos efetivar cerca de 90 até o momento. As outras, simplesmente pelo processo burocrático, podem demorar mais uns dois meses”, explicou.

O presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa (CSMA), deputado Altemir Tortelli, informou que o grupo formou uma frente com diversas entidades da área para fazer um diagnóstico da crise da saúde no Rio Grande do Sul. “Estamos vendo que, ao mesmo tempo que os hospitais vão fechando e trabalhadores da Saúde vão perdendo seus empregos, a população continua adoecendo e buscando os serviços. Os dados são assustadores, muitas pessoas nem são atendidas.”

De acordo com o deputado, a CSMA ainda não teve informação sobre os investimentos do governo na área da Saúde no 1º quadrimestre deste ano. “Não sabemos se os 12% garantidos pela Constituição foram aplicados realmente.” Ele diz ainda que o Tribunal de Contas do Estado já apontou irregularidades em relação aos repasses. “Os gastos com o IPE não devem ser computados do orçamento da saúde. É um desvio do uso dos recursos para a saúde.”